



Número: **1037665-52.2020.4.01.3400**

Classe: **AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Órgão julgador: **8ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **06/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.546.735,00**

Assuntos: **Improbidade Administrativa, Violação aos Princípios Administrativos**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
Ministério Público Federal (Procuradoria) (AUTOR)			
RICARDO DE AQUINO SALLES (RÉU)			
Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27191 9872	06/07/2020 18:17	21 - Termo de Declaracoes	Documentos Diversos

DOCUMENTO

21





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

PR-DF-00055072/2020

TERMO DE DECLARAÇÕES

Certifica-se que no dia 29/05/2020, a partir das 15 hs, **Márcia Brandão Zollinger** (procuradora da República no Distrito Federal) e **Luís de Camões Lima Boaventura** (procurador da República no Rio Grande do Norte), neste ato representando o Ministério Público Federal (MPF), realizaram, no interesse do **Inquérito Civil nº 1.16.000.000912/2020-18** em trâmite no Ofício de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural da PR/DF, a **oitiva conjunta, requerida pelos representantes do MPF**, de **Rene Luiz de Oliveira** (Analista ambiental do IBAMA; CPF 21759993867; natural de Botucatu/SP; endereço funcional: Unidade técnica de 2º nível em Viracopos, Rodovia Santos Dumont, Km 66 - Aeroporto Internacional de Viracopos, Terminal de Logística de Cargas, Cep: 13052-970, Campinas/SP – doravante designado pelas iniciais **RO** ao final de cada declaração) e **Hugo Ferreira Netto Loss** (Analista ambiental do IBAMA; CPF 003.328.781-39; natural de Porto Alegre/RS; endereço funcional: SCEN Ibama, Ed. Sede, Brasília/DF - doravante designado pelas iniciais **HL** ao final de cada declaração).

Registra-se que em virtude do cenário de pandemia, em que os trabalhos presenciais foram sobrestados, os depoentes foram intimados, com suas anuências, por meio do aplicativo *Whatsapp*, e com antecedência superior a 48 hs, nos termos do artigo 9º, §3º, da Resolução CSMPF nº 87/2010.

Em resposta às indagações formuladas pelos representantes do MPF, os depoentes declararam que: estava à frente da Coordenação Geral de Fiscalização Ambiental (CGFIS/Ibama) desde 27/04/2017, sendo tal setor responsável por toda a coordenação da fiscalização do Ibama a nível nacional (**RO**); ligada à CGFIS tem as 3 coordenações subordinadas, que são a Coordenação de Operação e Fiscalização (COFIS), a Coordenação de Inteligência da Fiscalização (COINF), e a Coordenação de Controle e Logística da Fiscalização (CONOF), que é responsável pela parte de normas e logística em geral, de equipamentos, fardamento, esse tipo de coisas para fiscalização (**RO**); o Hugo Loss foi nomeado coordenador da COFIS em 30/04/2019. A nomeação dele foi

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

indicação minha (RO); a fiscalização ambiental pelo Ibama é gerida pela Sede e pelos Estados. A coordenação das ações consideradas nacionais (ações de grande impacto e consideradas de interesse prioritário nacional), é feita pela CGFIS e pelas 3 coordenações subordinadas e são executadas pela Sede. Cada Estado desempenha suas atividades de forma paralela, com autonomia. Só que essas ações passam sob análise da COFIS e da CGFIS (RO); todo ano temos a reunião preparatória do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental, que é o PNAPA. Essa reunião geralmente ocorre em dezembro de cada ano. Então, ali em outubro, mais ou menos, novembro, os Estados encaminham as ações, com as justificativas (planejamento tático). As ações passam pelo crivo da COFIS, onde em um primeiro momento são realizadas análises gerais, para ver se estão dentro das diretrizes, se estão de acordo com as orientações. E depois pela CGFIS. E na reunião do PNAPA mesmo, que é, mais ou menos uma semana de reunião, a COFIS faz a apresentação das ações nacionais, tenta conciliar com essas ações estaduais, que em alguns momentos se chocam, principalmente em relação ao emprego de pessoal, que é o pior gargalo do IBAMA, a maior dificuldade que nós temos; a distribuição orçamentária; distribuição de alguns recursos estruturais. E, depois dessa reunião, a CGFIS e a COFIS analisam de forma global todas as ações cadastradas. A COINF também faz, mas em relação as ações de inteligência que vão ser desempenhadas no ano seguinte. Após a análise das ações propostas, o planejamento é apresentado para Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) e na sequência para presidência do IBAMA. Então eles ratificam o planejamento e é publicada uma portaria específica sobre as ações, (que não tem a discriminação de cada uma das ações), sendo que a publicação sai só com códigos resguardando o sigilo necessário e obrigatório. Ao mesmo tempo, durante o PNAPA são discutidas ações de fortalecimento da fiscalização ambiental, como cursos e necessidades de aquisição de equipamentos e para as atividades fiscalização ambiental, além da questão de normas, algumas pendências e necessidades, sendo essa a responsabilidade, em geral, da CONOF. Então quer dizer que as três coordenações participam diretamente das ações de fiscalização a nível nacional, quer seja com estrutura, quer seja com atividade de antecipação da ação de fiscalização, que são as atividades inteligência, que são anteriores, e depois todo esse conjunto de informações eles se transformam no PNAPA. Na maioria das vezes é publicado no Diário Oficial. Esse ano não foi, foi um boletim interno do IBAMA (RO); existe regulamento para que a CGFIS indique à Dipro, o cancelamento, adequação ou suspensão das ações fiscalizatórias apontadas pelas superintendências e gerências locais, ou mesmo realize ações sem anuência delas

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

(RO); até onde sabe, essa prática de vedar as ações apontadas como prioritárias pelas superintendências e gerências locais é muita rara, porque, na maioria das vezes os colegas que estão nas chefias das divisões técnico-ambientais (DITECs) das superintendências estaduais são familiarizados com a área da fiscalização, que detém conhecimento. Desde 2019 isso mudou muito, porque muitas DITEC's do Brasil foram alteradas, as chefias foram substituídas por colegas com pouco conhecimento de causa, ou ficaram ou estão sendo geridas por substitutos ou por interinos por prazo indeterminado. Um exemplo importante é Rondônia, que não tem chefe nomeado e quem está gerindo é um substituto desde 2019. Isso compromete demais os trabalhos e as ações de fiscalização (RO); as DITECs são responsáveis por toda a área finalística executadas nas Superintendências. Nós temos quatro diretorias finalísticas no Ibama. As DITEC's acumulam funções dessas diretorias finalísticas nos Estados (RO); desde o início de 2019 se vê que em algumas DITEC's foram nomeados colegas que não tinham viés de fiscalização. É obvio que, nas pontas, é muito mais comum a Divisão Técnico-ambiental ter um viés de fiscalização, porque é a área mais demandada. É onde tem a maior dor de cabeça nos Estados, ressalvado um Estado ou outro, que às vezes tem alguma diferenciação aí, mas se o colega que é responsável pela área técnica não tiver essa propensão à atividade de fiscalização tem-se um prejuízo grande. A gente sempre ficou muito atento a isso. Tanto é que se criou o costume interno de que toda nomeação de chefe de DITEC acabava passando pela Diretoria de Proteção Ambiental e pela CGFIS, para uma espécie de anuência. Eu mesmo me manifestei diversas vezes. Agora, ultimamente, desde o ano passado, a minha manifestação e as informações que repassávamos eram ignoradas. Em alguns casos, nem consultado fui. Não sei informar ao certo o motivo dessa morosidade nas nomeações. Ouvi falar que existe uma análise ou pesquisa sobre os indicados, que em alguns casos não são aprovados. Em Rondônia está com substituto até agora, o que causa um desestímulo total na equipe (RO); se você é substituto, você já não tem aquela segurança, você meio que só toca a casa, você não tem aquela proatividade. Foi o que aconteceu também em relação aos Superintendentes. Muitos foram exonerados em fevereiro do ano passado e ficaram meses, alguns estados aí até recentemente não tinha superintendente nomeado (RO); é no momento da elaboração e aprovação do PNAPA que há indicação do recurso orçamentário necessário para as ações de fiscalização. Veja bem, nós temos uma fase anterior a essa, mais ou menos em junho e julho de cada ano, que é elaborado o Diagnóstico de Delitos Ambientais, o DDA. Esse diagnóstico é uma análise que cada um dos

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Estados faz, principalmente com o apoio da Coordenação de Inteligência e isso é compilado num instrumento formal. Ali há a classificação e qualificação sobre o nível de prioridade e grau de impacto. É o DDA que dá o pontapé inicial para que os chefes das DITEC's possam idealizar as ações que vão se desenrolar no Estados, que tem uma sequência do ano anterior, readaptando algumas ações, com uma ou outra coisa de inovação, mas eles já sabem que existem as prioridades institucionais. A sede, por meio da CGFIS, também tem essa memória que antecede o PNAPA, a portaria de diretrizes, em que se aponta quais são, dentre de cada um dos campos da fiscalização (fauna, flora, pesca, comércio exterior, qualidade ambiental, licenciamento) as diretrizes que são emanadas do MMA e IBAMA, elas que apontam quais são as áreas prioritárias. Por exemplo, há anos ou desde que eu conheço, desde que eu estou na fiscalização ambiental, o combate ao desmatamento da Amazônia é prioridade e manteve-se dessa forma no IBAMA. A portaria de diretrizes sai já bem clara demonstrando isso: é prioridade institucional. Então, mesmo que o colega esteja em um Estado não amazônico, ele sabe que ele e uma parte da equipe dele vai em algum momento durante o ano operar na Amazônia (RO); é claro que o orçamento reduzido impacta as atividades de fiscalização, mas não é só essa questão, porque não adianta você ter dinheiro e não ter gente para operar as fiscalizações. Em geral, até enquanto eu estive à frente ali, a gente via que o número decrescente de fiscais fazia diminuir muito o número de operações, ou fazia com que elas se dessem com efetivo reduzido, inclusive impondo riscos aos fiscais. Exemplo disso é que em alguns anos a gente não usou toda a verba prevista, porque não tinha gente. E também o valor de diária e passagem, que não é tão alto assim né, em geral, mas não é um gasto assim tão elevado. As diárias do Executivo são muito baixas. Os maiores gastos são com a contratação de helicópteros, que é uma ferramenta fundamental para combater o desmatamento. Esse é bem mais caro. Nesse ano o orçamento IBAMA saiu de R\$ 102 milhões para R\$ 76, quase R\$ 77 (RO); nós tínhamos programado, agora para abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, 10 (dez) frentes de combate ao mandamento na Amazônia, do GCDA, que é o Grupo de Combate ao Desmatamento na Amazônia, 10 (dez) frentes por mês. O Hugo que coordenava isso aí a nível nacional, sem entrar nas ações que cada um dos Estados desempenham. Agora não sabemos como essa programação ficará (RO); está tendo operação do IBAMA de combate ao desmatamento paralela à GLO do Exército (RO); pelo que o pessoal que tá lá em Altamira passou para gente, o que tá acontecendo é que o Exército queria fazer um tipo de ação que não estava dentro dos objetivos iniciais daquela

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

equipe. A equipe estava querendo operar dentro das terras indígenas, conforme as programações anteriores, inclusive do PNAPA e porque são as áreas mais degradadas que já estavam sendo fiscalizadas desde janeiro desse ano com resultados importantes de contenção das degradações. Já o Exército queria fazer barreira na estrada pra poder pegar caminhão, desconsiderando essas programações e a expertise da equipe do IBAMA. E aí teve uma divergência lá sobre qual seriam os objetivos da equipe. A equipe do IBAMA decidiu então que não integraria com o Exército ali com os objetivos deles (**HL**); vale destacar que quem tá em campo pelo IBAMA nessas GLOs não tem diárias e passagens pagas pelo Exército. São recursos tirados do orçamento do IBAMA (RO); o orçamento da GLO aberta de meados de maio a meados de junho de 2020 é de cerca de R\$ 60 milhões, conforme noticiado pela imprensa, o equivalente a quase o orçamento do IBAMA para as ações de fiscalização no ano, que é de R\$ 76 milhões aproximadamente. Então, além de gastar os R\$ 60 milhões do Exército, ainda vai gastar um doze avos (1/12) dos R\$ 76 milhões do IBAMA, que vai gastar com o IBAMA, porque aqueles R\$ 60 milhões não vem pro IBAMA (HL); desde o início a gente tem ouvido falar da Diretoria de Proteção Ambiental para gente ficar tranquilos, porque virão R\$ 50 milhões da Lava-jato e vai acabar substituindo o corte e vai ter mais dinheiro do que tinha antes. Só que até agora, até enquanto eu estava ali, não vi isso acontecer. Não vi, de fato, o recurso chegar. O que a gente faz nessas situações de corte orçamentário é executar o orçamento até acabar. Então, já aconteceu, tipo em 2016, nós chegamos em agosto/setembro e acabou o orçamento do IBAMA. Nós paramos. Nesse ano de 2020 eu alertei o novo diretor e o novo CGFIS que muito provavelmente o recurso não vai chegar até o final do ano. Vai chegar o momento que não vai ter orçamento para continuar a execução das ações. Quando foi planejado o PNAPA, no ano passado, havia uma expectativa de orçamento. Quando chegou esse ano de 2020 e houve esse corte que pode comprometer PNAPA e das ações programadas (RO); como eu disse, a questão orçamentária é um problema, mas não anda só. Um dos maiores problemas na execução das ações de fiscalização é de quadro de pessoal. A gente tem um decréscimo de fiscais em virtude das aposentadorias e não realização de concurso público para provimento dos cargos vagos. De 2010 até 2019 nós tivemos uma redução de 45% no número de fiscais. Nós saímos de 1.311 (mil trezentos e onze) pra 730 (setecentos e trinta) o ano passado. Esse ano nós já estamos certamente abaixo de 700 (setecentos) fiscais pro Brasil todo. Um outro motivo que a gente acabou tendo uma grande dificuldade nos últimos anos são as ameaças, os riscos e as agressões aos fiscais, mais constantes na Amazônia.

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

principalmente. Nós tivemos diversos ataques. A atividade de fiscalização ambiental no IBAMA é mais uma atividade entre diversas que nós temos na carreira de especialista em meio ambiente. Não tem nenhum diferencial para você atuar na fiscalização ambiental, digo diferencial de salários, gratificação. Em dezembro de 2018 nós conseguimos, com muita dificuldade, o adicional de periculosidade para atividade de fiscalização ambiental. Esse adicional reanimou um pouco, a gente conseguiu trazer mais gente ano passado para o campo. Porque ainda que seja pouco, as pessoas se sentem um pouco mais valorizadas, de certa forma compensadas pelo risco. Mas até quando eu havia saído da CGFIS nós tínhamos cerca de 700 fiscais, sendo que apenas cerca de 450 estavam incluídos na portaria de periculosidade. O fato é que apenas 450 é o número de colegas que vão a campo com alguma frequência (RO); a escalada da violência em face dos fiscais aumentou muito nos últimos anos. Isso é notório. A gente acompanhou e avaliou lá na CGFIS que isso se deu muito em virtude dos discursos que jogam a população contra os fiscais. Essa coisa de que há no IBAMA uma indústria da multa, por exemplo, ganha uma repercussão negativa muito grande. A gente foi se configurando como inimigos mesmo dessas pessoas que moram principalmente na Amazônia. Fizemos até um levantamento a pedido do TCU acerca disso (RO); cerca de 60% a 70% dos fiscais possui porte de armas (RO); a idade dos fiscais é também um grande problema (HL); além de ter uma redução do quantitativo de fiscais, os que estão hoje ativos estão em idade próxima da aposentadoria. Então, a perspectiva é que vai se reduzindo cada vez mais o número, conforme eles vão se aposentando e esse pessoal que está mais próximo da aposentadoria eles também não tem o mesmo desempenho do pessoal mais novo. Inclusive teve uma situação que colocou um pouco maior dificuldade adicional, agora no período da covid, que esse pessoal está próximo da aposentadoria está no grupo de risco, então eles não poderiam ir para campo devido à portaria do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, que afastou de atividades externas quem estava no grupo de risco (RO); muitos me questionaram porque caiu tanto o número de autos de infração ano passado e este ano. Primeiro, pela redução do número de fiscais ambientais. Falta gente pra agir. E a tendência é piorar, com as aposentadorias e já que não há concurso. Outra questão que eu acho que é fundamental, e isso a gente coleta relatos de muitos colegas, é o que no jargão operacional a gente chama de “baixa a moral da tropa”. O que que é isso? É o desestímulo. Se você tem autoridades públicas e políticos que falam tempo todo que vão acabar com a indústria da multa, que não sei o quê, que nós somos isso e aquilo. Se você vê políticos locais criticando a tua atuação. Se você vê

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

ameaças vindo. Se você vê que a grande maioria dos Superintendentes nomeados não são da casa, engajados com a questão, com conhecimento de causa, isso causa muito desestímulo. Então assim, para mim ficou muito claro, em alguns Estados é impressionante como houve a redução no número de autos lavrados no ano passado. Trocou o superintendente ou sequer colocou alguém, deixou um substituto ali, as vezes por meses. Depois, você troca o chefe da DITEC, em vários casos. Esse chefe da DITEC, que se não tiver esse viés da fiscalização, também não é engajado e, muitas vezes, mesmo ele sendo da fiscalização, ele não tem esse *know how* e a coisa meio que acaba atrapalhando. Digo que a coisa só não foi pior porque nós permanecemos um tempo por aqui Brasília. Nós, eu, o Hugo, Sabrina, Govinda, que somos da casa, se tivessem nos trocado no ano passado a repercussão ia ser muito maior, muito maior. A gente achava que seríamos exonerados em janeiro do ano passado. Eu mesmo estava com malas prontas já **(RO)**; para complementar um pouco isso que foi dito pelo Renê, creio que esse fato da demora de nomear superintendentes estaduais, que em muitos lugares ficaram mais de 6 meses sem nomeados, na verdade a maior parte das nomeações ocorreram somente depois que começou aquela crise do dia do fogo na Amazônia. Até então, essas Superintendências estavam sem liderança nenhuma, estavam sem comando nenhum. Muitas vezes o superintendente substituto estava ali a um tempão naquela situação de substituição, acumulando também muitas vezes o cargo de chefe da DITEC. Em geral o chefe da DITEC é também superintendente substituto, né, ou, às vezes, a DIAFI, a parte administrativa acumula também a superintendência substituta às vezes, e ficou durante um bom tempo sem ter comando nas unidades e se não tem comando, não tem liderança, não tem como organizar o trabalho, não tem como o pessoal executar as atividades planejadas. E aí, o que o Renê disse sobre a nossa permanência, enquanto a gente lá conseguia minimamente produzir algum tipo de resultado, era porque a gente ia diretamente com os fiscais nas unidades e começava a pautar eles sobre as ações que deveriam ser feitas, porque nas unidades não tinham comando. Então se pegar esse *delay* que teve de nomeações entre as exonerações de todos os superintendentes e as novas nomeações, aí vai ter um período longo de falta de comando dentro de algumas unidades do IBAMA **(HL)**; houve também muita pressão interna para que nós saíssemos. De colegas mesmo não acharem certo a gente ter ficado. Que nós nos “queimaríamos” trabalhando para esse governo. E eu sempre dizia que não trabalhava para governo algum. Meu trabalho é para o Ibama, independente de qualquer coisa. Essa foi a minha postura desde então. Mas sempre na expectativa de sair. Eu cheguei a pedir

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

para sair o ano passado algumas vezes. Pedi para sair da função e eu fui desconvenido pelo diretor anterior e por alguns colegas, em alguns casos, pelo receio da coisa degradingolar, de piorar ainda mais do que estava. Mas no ano passado eu cheguei no meu limite algumas vezes ali. Pela pressão psicológica e também porque a gente não via perspectiva da coisa dar certo. Assim você não se mantém animado. A gente meio que se blindou ali dentro da CGFIS, onde a gente tinha um ambiente mais amistoso. Mas com a presidência, com outras diretorias, estava muito ruim, a gente sentia que não havia confiança (RO); o cargo de coordenador da CGFIS, que é DAS4, desde 2006 vinha sendo ocupado por servidor da casa, muito embora possa ser ocupado por pessoa fora do quadro. O novo CGFIS, nomeado no meu lugar, é de fora do quadro do IBAMA. Policial militar do estado de São Paulo (RO); uma dificuldade muito grande que a gente teve desde o ano passado foi a questão envolvendo destruição de maquinário pesado flagrado em ilícitos ambientais. Teve até servidor nosso que por pouco teve que se defender administrativamente por ter aplicado a lei e destruído maquinário. Em 2019 o DIPRO chegou até a dizer pra gente que não era pra destruir. Teve também declarações em video do Presidente da República que não podíamos destruir, que a destruição iria ser apurada. Aí a gente ficou receoso. Tanto que a destruição praticamente parou em abril e só voltou ao normal em agosto de 2019, com a crise deflagrada com o “dia do fogo” na Amazônia (HL); veja bem. Nós não recebemos nenhuma ordem formal documentada de que não era pra destruir maquinário. Tivemos casos de servidores que operaram na Floresta Nacional do Jamari e na RESEX - rio Jaci-Paraná, ambas em Rondônia, em que eu tive que me antecipar e argumentar em relação àquelas destruições, porque a informação que corria é que iam pedir apuração de responsabilidade. Não houve uma apuração de responsabilidade dos colegas, não chegou a ser um processo de sindicância ou PAD. No caso específico desses colegas que operaram em Rondônia, quando circulou o vídeo do Senador Marcos Rogério com o Presidente Bolsonaro, onde o Presidente falava assim: ‘não é mais para destruir nada’ e na sequência saíram diversas matérias na imprensa, eu tive que argumentar, coloquei no papel para proteger os colegas. Eu pedi para COFIS, que estava chefiada pelo Cabral à época, narrar o que tinha acontecido nas operações, pra ficar claro que não tinha havido abuso. Mas, de fato, de abril até agosto de 2019 houve uma redução enorme. Os colegas não tinham nem coragem de pedir autorização para destruição, que tinham medo de retaliação. Uma retaliação que vinha de fora pra dentro. Até mesmo porque a gente sabia muito pouco acerca das discussões que ocorriam nos outros setores do IBAMA. Uma coisa

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

muito diferente que passou a ocorrer desde 2019 é que a área técnica não é chamada para participar das discussões. Foi estabelecida dentro do órgão uma relação muito hierarquizada, verticalizada mesmo, algo que pode ser normal para os militares, mas que não era o costume dentro do IBAMA. Eu mesmo fui no Ministério do Meio Ambiente esse ano, no ano passado, acho que duas vezes. Enquanto que em anos anteriores eu participei de várias comissões e discussões. Da mesma forma na Presidência do IBAMA, raríssimas vezes eu fui chamado lá pra alguma reunião, alguma coisa. É uma mudança significativa de comportamento. Geralmente são nessas reuniões que você sente alguma coisa, que alguém te pergunta alguma coisa, que você consegue sentir se essa pressão externa tem ressonância interna (RO); declarações do Presidente da República e do Ministro do Meio Ambiente repercutiram muito dentro do IBAMA. Gerou retração nos fiscais, que ficaram com receio de retaliações. Pra mim, existem 3 formas de uma força ser aniquilada. A primeira é tirar dinheiro. A segunda é desestruturar de alguma forma, como, por exemplo, não nomear cargos estratégicos ou nomear gente sem afinidade com a causa. A terceira é gerar constrangimento, fazer baixar a guarda de quem tá na linha de frente, no caso os fiscais. As declarações das autoridades criaram uma força antagônica que causa medo ou insatisfação, levando a um estágio de baixa autoestima e conseqüente baixa na produtividade. É o desestímulo de forma geral. (RO); no curso das operações nas terras indígenas Ituna-Itatá, Apyterewa e Trancheira Bacajá a gente percebeu, pela imprensa, uma movimentação muito grande dos envolvidos nos ilícitos que a gente estava investigando junto ao Ministério do Meio Ambiente e à Presidência da República. A gente não sabia se essa movimentação era pela nossa saída, pela paralisação das operações. Não sabíamos. Mas isso atrapalhou bastante. Começamos a ficar receosos e tivemos que blindar as operações (HL); a equipe envolvida nas operações começou a receber questionamentos. Até onde soube, a FUNAI recebeu questionamentos. A Força Nacional, que atuava com a gente, começou a receber questionamentos, e falavam para a gente “ó, o cara está perguntando o que que está acontecendo, qual que é o plano, o que vocês estão fazendo aqui?”. A gente que tá no campo não sabe muito bem o que esta acontecendo fora, mas a gente sabe que eles estão se mexendo, eles estão agindo politicamente. E a gente vai vendo as instituições começando também a sofrer pressão, né. E aí teve um dia que, a gente tava em contato, né, Renê? E aí teve um dia que ele falou que o Olivadi foi chamado no Ministério do Meio Ambiente para poder responder o que estava acontecendo. E aí o Renê depois voltou para conversa e só me postou assim no WhatsApp: “o gato subiu no telhado”. Daí eu já sabia

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

que ia sobrar para a gente no final das contas (HL); a exoneração do Olivaldi não paralisou a operação porque ela já estava no final. Saímos da base em campo e quando chegamos em Brasília já tinha a conversa de que seríamos substituídos. Na minha avaliação, nossa exoneração foi no contexto dessa operação que a gente estava fazendo lá nas terras indígenas (HL); em 22\04\2019, vários chefes de DITECs e superintendentes substitutos enviaram uma carta à Presidência do IBAMA questionando acerca da questão da destruição de bens. Isso foi logo depois da veiculação do vídeo do Presidente da República com o Senador Marcos Rogério. Como eu disse, esse vídeo gerou muito receio na gente. Essa carta foi encaminhada direto à Presidência que a enviou à Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO) que, até quando eu estava na CGFIS, não tinha dado encaminhamentos. Além dessa carta, eu mesmo fiz um ofício ao diretor pedindo uma série de melhorias, mas isso não foi adiante. Da mesma forma, até eu sair, esse documento ainda estava na Dipro, sem encaminhamentos. Isso foi uma coisa que me desanimou muito. A gente pede melhoria para a fiscalização ambiental e não via perspectiva (RO); a gente sabia desses boatos de que queriam paralisar as operações pela imprensa. Dentro do IBAMA a gente questionava se isso procedia mas não obtínhamos nenhuma informação. A informação que a gente conseguia era pela imprensa. Teve até aquela nota do MPF depois de uma reunião na 4ª Câmara, em que algumas pessoas, inclusive políticos, saíram afirmando que tinha sido acordada a paralisação das operações. Depois que saiu aquela matéria no Fantástico sobre a operação na TI Apyterewa, o Olivaldi me perguntou quem tinha dado entrevista pelo IBAMA. Respondi a ele que ninguém, até onde eu sabia (RO); fui eu que apareci na matéria. Mas eu não tinha dado entrevista. A gente gravou vídeos. A gente grava vídeos das operações e colocava no grupo Whatsapp. Fazemos isso até pra registrar o que tá sendo feito. Serve para os relatórios de fiscalização e pra gente ter uma prova de que tudo tá sendo feito dentro da lei (HL); na segunda-feira à tarde, imediatamente depois da reportagem do Fantástico, o Olivaldi entrou em contato comigo para avisar que tinha sido chamado no Ministério e que, dependendo da situação, depois gostaria de falar comigo. Respondi que estava à disposição. Aí ele me ligou por volta das 17:30 hs – 18 hs e pediu para nos encontrarmos. Fomos lá no IBAMA e recebi a informação dele assim, sem muitos detalhes “a coisa ficou insustentável, estou saindo, fui exonerado, tive uma reunião agora no Ministério”. Aí eu falei “eu estava querendo ir embora, numa situação dessas eu não tenho interesse nenhum de permanecer”. Depois fiquei sabendo informalmente que independentemente do meu interesse em ficar, eu e o Hugo seríamos

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

exonerados. Por isso que eu enviei a mensagem pro Hugo que o “gato tinha subido no telhado”, que quis dizer estamos saindo mesmo (RO); a gente via que tinha várias condutas que eram adotadas que geravam um incômodo muito grande no servidores do IBAMA. Por exemplo, a conciliação das multas, que acabou com a questão do auto de infração e instituiu uma outra instância antes do julgamento. Isso desagradou muito o pessoal. Outra foi a questão do auto de infração eletrônico, que teve uma confusão durante a implantação, o sistema não funcionava e até hoje tem problemas. Teve também a questão da limitação das horas em campo, que se excedesse a jornada, o que quase sempre excede, a gente não era compensado. Isso também desestimulou bastante. Fora os discursos das autoridades contra a gente né? A gente via falta de perspectiva de planejamento, e não sabia o que seria do IBAMA, qual é a cara que vai ter nesse governo. Ninguém sabe né. A única cara que a gente vê é que “tem que acabar aqui, tá errado isso e aquilo” e, crítica, crítica, crítica, sem esse lado propositivo. Isso tudo colocava um clima terrível, como é que o Renê falou, entre os fiscais, e isso refletia na gente. A gente pegava essas demandas e encaminhava para o Olivaldi e nada era tratado. A gente não via que aquelas demandas que estavam vindo da fiscalização e que era coisa que tinha que resolver para o negócio andar melhor e não era resolvido. O negócio não andava. Até agosto de 2019, o Olivaldi colocava para gente que não era para destruir bens e maquinário nas operações, ele falava isso nas reuniões. Não há nenhum documento formal nesse sentido, mas ele colocava isso pra gente, isso é verdade. Só de agosto pra frente que a gente começou a trabalhar com o força total mesmo. Depois da GLO, depois que eles viram que a Amazônia era um problema que tinha que resolver que tinha que dá resposta, e o resultado do nosso trabalho era absorvido como se fosse resultado da GLO e não do Ibama. Com as dificuldades impostas para os coordenadores das operações falarem com a imprensa sobressaía ainda mais o trabalho como sendo somente da GLO. Foi nesse momento de aumento do desmatamento e queimada que a DIPRO viu que tinha que jogar a gente para campo, começou a convocar o GEF também, cuja convocação é prerrogativa da DIPRO. Eu acho que o Olivaldi realmente tinha interesse de que a gente fosse e fizesse tudo, mas eventualmente eles barravam devido à pressão política. Quando a gente ficou na Ituna, em janeiro de 2020, o Senador Zequinha Marinho foi lá falar com o Ministro. Isso saiu na imprensa e o próprio Senador postou videos sobre isso. O fato é que pouco tempo depois o DIPRO foi até Altamira saber o que estava acontecendo na operação. Na verdade, durante a GLO, a pressão em tese caía mais sobre o QG do Exército. Quando acabou a GLO, aí a gente ficou novembro, dezembro de 2019 sem

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

ir na TI Ituna-Itatá e nas terras indígenas próximas. Só voltamos quando o desmatamento voltou a subir, por volta de janeiro de 2020. Aí ficamos lá até abril, colocando a força total da fiscalização. Janeiro, Março, Abril foram os três meses que foi a força total, que a gente colocou a força total mesmo na fiscalização daquelas áreas. Só para você ter ideia: estimo que apenas em março de 2020 a gente destruiu mais bens do que foi destruído o ano passado inteiro (HL); diversos vídeos das destruições circularam nas redes e na internet. Eram vídeos em que o pessoal reclamava do governo, que havia prometido que não haveria mais destruição e que os fiscais que destruíssem seriam punidos. Foi nesse contexto que a pressão sobre a fiscalização aumentou ainda mais, de janeiro a abril de 2020, com videos, ataques, etc. sem ter a GLO para em tese absorver essa pressão. Foi uma pressão muito maior do que a gente sentia no ano passado, em que boa parte do ano não estava havendo destruição de bens. É só puxar os dados de destruição por ano. Por exemplo, em 2019 foram destruídos cerca de 70 equipamentos. Só em março de 2020 foram destruídos cerca de 100 equipamentos em atividades ilícitas. Foi também nesse contexto que ocorreram as nossas exonerações (HL); até onde sabemos, a GLO que tá ocorrendo, agora de maio a junho, não destruiu nenhum equipamento. Ficamos sabendo, a partir dos colegas que estão em campo, que houve uma determinação de não destruir nada. Pode até apreender, mas não adianta. Vai tirar a máquina do local do ilícito como? Você não tira uma PC ou uma retroescavadeira de dentro de um garimpo, é muito difícil (RO); na GLO do ano passado, que foi determinada com a crise do fogo na Amazônia, nós tivemos muitas dificuldades com as Forças Armadas, que não queriam que houvesse destruição de equipamentos. Isso foi ponto de muita tensão. Nós chegamos a destruir diversos equipamentos, só que só o IBAMA. No máximo a Força Nacional estava junto. Em relação a isso o Hugo até apresentou uma informação técnica pela COFIS (RO); a mesma coisa tá acontecendo na GLO deste ano de 2020. Até onde sei, é a equipe do IBAMA que tá destruindo maquinário. Pelo que o pessoal comenta, em algumas bases o Exército rachou com a equipe do IBAMA e não quer destruir maquinário. Sendo que isso tá na lei. Sem falar que sem destruição de equipamento logo logo ele volta a ser utilizado na atividade ilícita. Tem até um relatório da FUNAI que eles gravaram e fotografaram uma a PC dentro de garimpo, junto com a Força Nacional. Depois, em uma operação nossa, a gente encontrou a mesma PC lá dentro (HL); eu não só fui tirado na coordenação da COFIS como também fui lotado no setor de licenciamento, apesar de eu ter apresentado diversas solicitações formais de permanecer na fiscalização ambiental, que tanto precisa de gente (HL);

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
OFÍCIO DE MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

minha lotação original era Rondônia, onde eu recebi algumas ameaças. À época, em 2018, a Presidência do IBAMA pediu minha remoção para Santos – SP, pra me tirar do risco. Em janeiro de 2019, saiu uma Portaria me lotando formalmente em Santos\SP. Agora, de repente, na véspera da minha exoneração, recebo a informação que não ia ser mais ser lotado em Santos ou removido para qualquer outro local. Quer dizer, eu teria que voltar para Rondônia. Isso me constrangeu muito, inclusive do ponto de vista familiar. Tenho esposa e filha pequena. E aí eu encaminhei para o Chefe de Gabinete da Presidência do IBAMA uma solicitação para que fosse considerada minha situação de risco em Rondônia. Depois eu fiquei sabendo, sem comunicação a mim, que eu seria removido para DIPLAN, uma área meio administrativa) em Brasília. Na sequência, depois de insistência e atendendo a uma solicitação do chefe da Unidade Técnica de Viracopos – SP, fui removido para Campinas\SP, dentro do aeroporto de Viracopos. Apesar de minha exoneração ter sido publicada no dia 30/04, a Portaria estava datada em 22/04 (RO). Encerrado o presente Termo de Declarações.

Márcia Brandão Zollinger

Procuradora da República no Distrito Federal

Luís de Camões Lima Boaventura

Procurador da República no Rio Grande do Norte

Rene Luiz de Oliveira

Analista ambiental do IBAMA

Hugo Ferreira Netto Loss

Analista ambiental do IBAMA

Assinado digitalmente em 03/07/2020 17:27. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacao/documento>. Chave: C608A434-42A82698-B7DCf99FE-4F824D7E





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-DF-00055072/2020 TERMO DE DECLARAÇÃO nº 46-2020**

.....
Signatário(a): **MARCIA BRANDAO ZOLLINGER**

Data e Hora: **03/07/2020 17:22:14**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LUIS DE CAMOES LIMA BOAVENTURA**

Data e Hora: **03/07/2020 17:27:44**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave C608A434.42A82698.B7DCF9FE.4F824D7E

